



## **Apontamentos sociológicos a partir do filme “Polícia, Adjetivo”**

### **INTRODUÇÃO**

“Polícia, adjetivo” foi um filme premiado no Festival de Cannes em 2009, do jovem diretor romeno Corneliu Porumboiu, e de modo inteligente incita a reflexão acerca da relação de trabalho policial, suas características e desdobramentos, ao demonstrar a reprodução de um modelo profissional-burocrático de policiamento diante de um caso aparentemente simples: a investigação pelo policial Cristi, do consumo de haxixe por três jovens, nas imediações de sua escola, necessitando investigação quanto à autoria do agente fornecedor da referida substância entorpecente.

À medida que a trama se desenrola, aflora a crise de identidade do policial, (porque o ato de oferecer drogas é punido pela legislação porém o policial entende que esta lei apresenta-se na iminência de mudar – outros Estados europeus descriminalizaram – e Cristi não quer ficar com a consciência pesada pelos anos de prisão do adolescente), bem como a

pressão exercida por seus superiores hierárquicos; tendo o ápice da trama ocorrido na sala do Comandante de Polícia quando em uma discussão, este recorre ao uso de um dicionário, extraíndo os significados das palavras: consciência, lei, moral e policial, para ordenar ao policial Cristi que efetuassem a ordem dada, de prender o adolescente e encerrar o caso.

Também o filme traz a questão da relação de poder e a violência simbólica vivenciada no trabalho policial. Além da precarização do trabalho policial e suas condições de precariedade, consistindo na desumanização e negação de direitos, empurrando o policial ao adoecimento, e aumento da jornada de trabalho e realização de bicos ou trabalhos extras, gerando um sentimento de injustiça e desmotivação no trabalhador policial.

## **Enredo**

A trama básica apresenta como protagonista, o policial Cristi, responsável pela investigação de uma denúncia oferecida pelo jovem Alex Iancu, contra seu próprio amigo, o adolescente Victor, como traficante e usuário de haxixe, o qual fornece a erva que fuma diariamente, em parceria com o seu próprio delator e uma amiga, às proximidades da escola. O protagonista Cristi é pressionado pelo Procurador e pelo Comandante da Polícia a realizar a prisão em flagrante contra Victor, só que, pelas suas investigações, não encontra nada que possa acusar o referido jovem de ser traficante, razão pela qual passa a ter um dilema de consciência, de ética, filosófico entre moral e direito e em consequência, problemas no trabalho, em se opor a prontamente obedecer as ordens de seu comando, porque não entende pela necessidade do flagrante, que resultaria no encarceramento por anos do referido adolescente.

No início do filme e, em grande parte dele, o policial Cristi caminha nas ruas de Brasov, pequena cidade romena, seguindo os jovens envolvidos na trama. O protagonista não dispõe sequer de uma viatura policial, nem investiga acompanhado de parceiro. Pelo contrário, faz a investigação, de modo solitário, (por vezes, há ruídos no filme ou mesmo só o silêncio) e para isso, fica horas

em pé, na rua, ficando às vezes, no frio, nada se parecendo com os típicos filmes de ação policial, com perseguições e tiros.

Cristi é recém-casado, um policial honesto, cumpridor do seu dever, e diante do caso que investiga, tem uma rotina de trabalho repetitiva, entediante, cansativa, deparando-se com a falta de diretrizes e coordenação da organização policial a que pertence, quanto ao desenvolvimento de seu trabalho. Quando não está sozinho nas ruas de Brasov, de tocaia, investigando os adolescentes dirige-se à sua sala, no prédio policial, (a qual também é do colega policial Nelu, que atua em seus próprios casos mas sem dedicação tão profunda). Referida sala é simples, com mobília antiga, aparelhos tecnológicos (computador, telefone) também antigos.



Mostra o filme que, Cristi ao recorrer aos colegas de outros setores policiais (o de identificação e o setor de passaportes), é atendido com má vontade, descaso, e até grosseria, tendo o policial protagonista que contornar todas as dificuldades, improvisando, pedindo com cautela e insistência, a fim de conseguir, na organização policial, as respostas dos outros setores policiais, a fim de subsidiar a confecção de seu relatório conclusivo à Chefia, dentro do prazo que lhe fora estipulado.

A situação acima mencionada, de precariedade de recursos, tanto materiais quanto humanos, é realidade não apenas do policial da ficção como também corriqueira no trabalho policial brasileiro, onde o agente de segurança age de improviso e até com incerteza, tendo que transpor barreiras e dificuldades de toda ordem, lidando com as mazelas estruturais de uma organização policial burocrática.

A concepção de burocracia nos é dada por Weber (2003). Através do processo de racionalização que permeou o agir da burocracia estatal moderna, ocorre a possibilidade dos mecanismos necessários para o desenvolvimento capitalista. Com base no pensamento weberiano, a burocracia constrói um instrumento de poder e dominação. E as organizações policiais podem ser entendidas sob esse viés burocrático, tendo sido retratado no filme em comento, a estrutura burocrática e disfuncional, a ser enfrentada na rotina da atividade policial. Batitucci (2010) ressalta o planejamento racional das atividades relacionadas às organizações policiais conforme o modelo taylorista-fordista e os dilemas da burocratização.



Voltando ao enredo do filme, o policial Cristi por não formar seu convencimento pela necessidade da prisão em flagrante dos adolescentes, em especial a de Victor, resolveu telefonar ao Procurador responsável pela acusação na justiça, e pediu uma audiência - sem o conhecimento do Chefe de Polícia, que estava lhe cobrando - para expor seus pontos de vista e conseguir a adesão do Procurador (para que intervisse junto ao Comandante) a fim de que continuasse investigando por mais um tempo com o objetivo de descobrir sobre a identidade do traficante que fornecia a droga. Cristi dirige-se ao gabinete do Procurador, seguindo-se o diálogo abaixo:

*- O caso do rapaz? Pergunta o Procurador...*

*A conversa flui com Cristi explicando os resultados parciais de sua investigação sobre o caso. E diz: (...) -Não quero isso na minha consciência..*

*- Foi você quem pôs o baseado na boca dele? É a lei. Ponto Final. Fala o Procurador.*

*E Cristi responde: - É uma lei bem ruim.*

*Cristi, você não tem competência para falar da lei.*

*E ambos passam a conversar sobre a Europa: República Tcheca (Praga), França (Paris), etc*

*E Cristi a certa altura da conversa retoma:*

*- Foi por isso que falei da República Tcheca. Eles fumam na rua, não tem nada de mais. Sei que um dia essa lei vai mudar aqui.*

*E o procurador retruca: - Cristi, a lei não vai mudar, não vai. (...) Cristi, escute este velho aqui. O comportamento pode mudar, mas a lei não. Mais alguma coisa?*

*- Não quero prender o rapaz e encontra-lo sete anos depois... diz o policial.*

*- Ele sai em três anos e meio. O pai é contador, tem dinheiro. Replica o Procurador.*

*- Não quero estragar a vida dele por causa de uma lei que vai mudar. Desabafa o policial Cristi.*

*- Não seja teimoso. Chega de falar dessa lei. Você está obcecado. Você sugere o quê? Pergunta o Procurador.*

*- Seguir o informante. Ele é a chave de tudo. Responde o protagonista.*

*- Cristi, encerre o caso o quanto antes. É coisa pequena. Não é para tanto. Finaliza o Procurador.*

O policial só lhe pede para não contar ao Comandante de Polícia, que conversaram, o que é aquiescido pelo Procurador e ambos se despedem, retirando-se Cristi da sala.



O conteúdo da conversa travada entre o policial Cristi e o Procurador demonstra que inexistente a necessária integração dos órgãos dos sistemas de segurança pública e justiça criminal, prejudicando a paz e a qualidade de vida da sociedade.

No filme, quando Cristi e o Procurador conversam, percebe-se a falta de atenção e o desinteresse do Procurador pelo dilema colocado pelo policial na busca da solução mais adequada ao caso que investigava. Inere-se ao término do diálogo, que o policial continuará trabalhando de modo individualizado, sem a parceria do órgão estatal acusatório (representado pelo Procurador), cuja autoridade em sua fala, deixou claro seu prejulgamento da questão, ao

considerar que o adolescente Victor era traficante e que o policial Cristi estava equivocado em pensar o contrário e que cuidasse para encerrar o caso com o encarceramento do jovem.

Essa falta de integração e entendimento entre os microssistemas organizacionais que compõem o sistema de justiça criminal se percebe no Brasil também, afetando a relação do trabalho policial.

No artigo “Fluxo do sistema de justiça criminal”, de Joana Domingues Vargas, na obra organizada por de Lima, Rattton e Azevedo (2014) temos que a descrição da justiça criminal como um sistema, recebe várias objeções, em virtude da consideração da atuação desarticulada das diversas organizações (Polícias, Ministério Público e Justiça), bem como diante do complexo problema da compatibilização entre o estabelecido em lei e a sua implementação na prática, teorizando-se no âmbito nacional, acerca da existência de “subsistemas frouxamente integrados”, com difícil solução dos casos.



Ratificando a precarização do trabalho policial, diante dos problemas decorrentes da ineficiência do sistema de justiça criminal, verifica-se na recém-publicada Pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas - CPJA, da Escola de Direito da FGV em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a SENASP, organizada por De Lima, Bueno e Santos (2014), a opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública, onde se lê na página 62, que do total de

pesquisados, a maioria percentual tanto do Ministério Público (51,0%) quanto na Justiça (50,5%) responderam que a relação das Polícias com ambas as Instituições, ocorria “Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar”, revelando mais que a falta de integração das organizações, e sim, o sentimento de injustiça e a falta de entendimento que campeia no seio dos microssistemas supracitados.

Prosseguindo no filme, a reunião – em clima tenso – entre Cristi e seu Chefe de Polícia, (presente ainda o colega de Cristi, o policial Nelu) vem a ter importância porque o Comandante Policial surge pela única vez em cena e pretendendo o desfecho do caso com a prisão, sabedor da resistência do comandado, vai pressionar Cristi a obedecê-lo.

Cristi e Nelu ao adentrarem na sala do Comandante de Polícia e darem bom dia, o mesmo apenas responde: - Sentem. E de modo seco e nada amistoso, logo passa a indagar Cristi sobre suas investigações, que inicia suas ponderações e, em dado momento, é chamado de ridículo; mais alguns segundos ouve de seu Chefe: “- *Prenda-o como traficante*”.

Diante da argumentação contrária feita por Cristi, o Comandante diz: - “*Esse adolescente sem noção deu drogas a outros dois que vão dar a outros. Vamos ficar assistindo?*”.

E segundos depois de trocarem conversa, o Comandante perguntou: “- *Você é louco? Não entende o significado das palavras que usa?*”.

Ressalte-se que Cristi respondia na maioria das vezes com os ombros arqueados, olhar para baixo, mãos juntas com braços entre as pernas, mas, pediu ao Comandante para esperar duas semanas, quando o irmão de Victor voltaria de viagem e aí poderiam pegá-lo.

Então o Comandante lhe perguntou: “-*Você esqueceu a lei?*” Cristi respondeu: “- *É claro que não.*” E o Comandante lhe diz: “- *Traficar não significa nada para você?*” A conversa tensa prossegue. E o comandante a certa altura ordena à Cristi: “- *Faça o flagrante. Você vai ver que eu tinha*

*razão*”. Cristi nega: “- *Não. Não quero esse rapaz pesando em minha consciência*” .O chefe interrompe o policial protagonista: “- *Se ele continuar viciando outros, sua consciência fica tranquila?- Ainda não sei.* Responde Cristi.- *Estamos falando línguas diferentes. O que significa consciência para você*”. Pergunta o Comandante.

Enquanto Cristi começa a falar, o seu Comandante o interrompe. Cristi argumenta que ía responder, mas que foi pressionado, e o Comandante chama o outro policial, Nelu – que estava presente e a tudo assistia e o ordenou que fosse à lousa para escrever o que Cristi dissesse sobre o significado de Consciência.

E constrangido com a situação, Cristi verbaliza que “ - *consciência é uma coisa dentro de mim, que me impede de fazer coisas ruins. Coisas ruins que me deixem arrependido*”.

E o Comandante pergunta se foi tudo escrito na lousa e depois manda a sua secretária lhe trazer um dicionário de romeno em cinco minutos. Enquanto esperam o dicionário, o Comandante se volta ao caso da responsabilidade do policial Nelu, passando a interpelá-lo. Mas ao final, determina que ele não se retire. Que se sente, e continue a presenciar a conversa dele, Comandante, com Cristi. Feito um silêncio, o Comandante olhando para o protagonista pergunta:

- *Você pensou bem?*
- *Não vou fazer*, responde Cristi.
- *Você vai sim.* Retruca o Chefe.

E havendo suspiros na sala. O Comandante volta a perguntar: “- *Rapazes, vocês sabem o que estão fazendo aqui?*”.

“- *Uma reunião*”, responde Nelu.

“- *Não. Isto aqui é dialética. Sabem o que significa*”

E naquele ambiente nervoso, com a aflita secretária Dana buscando ser ágil na providência ao Chefe, após ser ironizada pelo mesmo, que se volta à Cristi e ordena-lhe, entregando-lhe o dicionário: “- *Procure Consciência*”.



E depois que Cristi lê todos os significados da palavra, o Comandante diz que ele é um caso grave: “- *Você muda a lei à revelia? Porque você não acredita na lei que, como policial deve seguir*”.

E Cristi responde:” - *Não é verdade. Eu acredito na lei*”.

E o Chefe complementa: “- *Sim. Na sua própria lei moral. Defina lei moral. Procure “lei*”.

E Cristi lê aborrecido, mas submisso ao comando: “- *Norma obrigatória criada e imposta pelo Estado*”.

“ - *Essa é a lei que devemos defender. Continue*”. Disse o Comandante.

- *Homem da lei. Representante da Autoridade do Estado. Pessoa que respeita a lei rigidamente.* Leu Cristi.

- *É assim que temos que ser. Continue.* Ordenou o Comandante.

Ao acabar de ler Cristi recebeu a ordem de manusear novamente o dicionário, desta vez para procurar o significado de Moral. E assim aconteceu.

- *Moral: regras de comportamento social. Comportamento de indivíduos entre si e com a sociedade cuja desconsideração é punida pelo público, não pela lei.*

Tendo o Comandante ironicamente dito:

*Então essa lei moral é uma coisa vaga que depende de cada um (...) Isso leva a quê? Ao caos, não é? Para não haver o caos, existem leis. Que a polícia respeita e impõe. Não é? (...) Você não conhece seu dever de policial.(...) Porque entre a lei moral e a lei, a Constituição, você escolhe sua própria lei moral. Então neste momento você vai ter que escolher se vai impor a lei e ser policial, ou se vai seguir sua própria lei e sair da polícia. Você entendeu? Você não sabe mais quem é. O problema é esse. Vou ajudar mais uma vez. Procure POLICIAL.*

E Cristi passou à leitura: “- *Policial: membro da polícia, funcionário da polícia. Policial; adjetivo: romance ou filme policial envolvendo questões criminais com tom de mistério e solucionadas no final pela genialidade de um*

*policial ou detetive. Estados ou regimes policiais apoiados pela polícia e que exercem controle por meio de métodos repressivos. É do grego polis. Cidade. Os que comandam a cidade”.*

Nesse momento, o policial Nelu, colega de Cristi, que estava há tempos, sentado, passivamente, mexendo-se agoniado, disse: “- *Chefe, Eu faço o flagrante. O Cristi fica de consciência limpa, nós encerramos o caso”.*

E o Comandante retruca: “- *Você não entendeu nada!* E voltando-se para Cristi, ordena: “- *Você tem até às 16 horas para pensar. O promotor vai estar aqui. Nelu venha também”.*

Cristi se levanta e pergunta se era só isso. E ao tentar pegar o relatório com suas investigações sobre o caso, que estava em cima da mesa do seu Chefe, este nega, dizendo que ficaria com a documentação.

Na cena seguinte Cristi aparece jogando uma espécie de futebol na quadra de tênis com os amigos e na cena derradeira, Cristi aparece em frente à uma lousa, em raro close durante o filme, explicando e desenhando como seria a operação para realizar a prisão em flagrante contra os jovens.

O referido policial termina dizendo aos presentes: “- *Não tem saída* (referindo-se aos jovens). E só se ouve no filme, a voz do Comandante de Polícia, ordenando: “- *São adolescentes. Não exagerem. Comuniquem-se e fiquem atentos aos sinais”.*

Diante dessas cenas no filme, verificamos perfeitamente a precarização do trabalho policial, configurando-se a vigilância sob pena de punição e também, diante dessa coação moral, preconizada por Foucault, podemos considerar o ensinamento prescrito por Bourdieu (2002) no tocante à violência simbólica.

FOUCAULT (1987) trabalha o conceito de disciplinas. Para ele, “disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas”. Serviriam então, como nova forma de exercer controle e dominação diante da necessidade decorrente do aumento do povo e da produção (como por exemplo a produção de saberes e aptidões, do tipo de produção de força

destrutiva com o exército), onde o exercício do poder se dá de maneira mais atuante, fugindo da violência física e se revelando pela suavidade (através da coação moral).

E no filme, percebe-se a relação de poder e disciplina (estabelecida por Foucault) vivenciada por Cristi, quando ao policial é imposta uma regra, obrigando-o a ter um resultado produtivo, sob pena de ser punido no caso de desobediência, evidenciando-se uma vigilância hierárquica.

Para BOURDIEU (2002) a violência simbólica é uma violência invisível, exercida por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se estabelece em uma relação de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice, dado o estado dóxico em que a realidade se apresenta.

No contexto da relação de trabalho, o Comandante faz de Cristi, (assim como experienciado por profissionais da segurança pública brasileira) uma vítima de violência simbólica e o protagonista não resiste porque além de ser muito difícil de ser repelida, justamente porque ela é desconhecida pelo ofendido, muitas vezes a vítima não percebe que está sofrendo esse tipo de violência moral e psicológica. Ela ocorre através do sentimento, do reconhecimento, sendo difícil fugir dela.

Quando na última cena, Cristi repassa o plano estratégico para a efetuação da prisão em flagrante dos jovens à equipe de policiais na sala, verifica-se um protagonista contido, automatizado, com os olhos fixados na lousa, desanimado em cumprir aquela diligência policial que lhe foi coagida.

Também se observa ao longo do filme, que o policial Cristi vai sendo cerceado no desenvolvimento de sua subjetividade, e paulatinamente vai esmorecendo, desfigurando-se e sofrendo. Inclusive, sofre aviltamento em sua personalidade, passando a impressão de que, ao final, já agia com certo sacrifício, mas sem emoção, bem diferente do início do filme em que agiu com proatividade ao tomar a iniciativa de solicitar um encontro com o Procurador para conversar sobre o caso que investigava.

Cristi vivencia um dilema profissional, porque tem o sentimento humano de compaixão, de piedade pelo jovem Victor, (em razão de suas investigações não retratarem ser o adolescente traficante de droga). Ocorre que muito pouco parece interessar aos gestores do sistema (tanto o Comandante de Polícia quanto ao Procurador) tais dilemas, a crise de consciência entre a moral e o direito nutridas por Cristi.

Pelo próprio título do filme: Polícia, adjetivo depreende-se que é de menos importância o sujeito, o policial e ser-humano Cristi. Na verdade a palavra adjetivo, segundo o Dicionário Aurélio, em seu formato virtual, “*é uma classe de palavra variável que modifica o substantivo, atribuindo-lhe características, modo de ser, aspectos variados*”. Então, aquele que figura e que age como sujeito nesse processo de policiar muito pouco interessa ao caso. Ao ser-humano é atribuída uma característica que o definirá e que deve estar acima de seus próprios desejos ou meios de se diferenciar. É o que a relação de trabalho exige do policial. E Cristi ainda tenta fugir disso. Ele tenta escapar das características que lhe são atribuídas, do modo de ser. E por isso, passa a figurar como vítima da violência estatal, tendo contra si, a vigilância de seu Superior hierárquico.



Quando o Comandante usa o dicionário para construir no jovem policial Cristi, a ordem que não estava sendo aceita, ele usou da semântica, e através dos significados foi construindo seu pensamento, seu discurso com base na sua interpretação literal a fim de persuadir seu comando. E conseguiu.

Cristi agiu contrário ao que estava pensando, até para ter sentimento de pertencimento ao grupo em que se encontrava trabalhando. “ *-Policiais garantem o fiel cumprimento da lei*”, disse seu Comandante. Então, Cristi acabou sucumbindo e agiu conforme o entendimento de seus superiores (até seu colega Nelu, se propôs a fazer o flagrante por ele, graças à forte sentimento corporativista que impera no seio dos policiais) para que permanecesse identificado como do grupo.

A obediência de Cristi também é reconhecida pelo seu superior para que continue aceito na organização policial, quando se sabe que a investigação nas ruas, gera muitos desgastes e dificuldades no controle do policial de linha pelos superiores.

Assim, o sofrimento e doenças físicas e mentais, o absenteísmo, assédio moral, constrangimentos, e a sensação de não pertencimento, etc figuram nas precárias relações de trabalho policial e a falta de percepção e até mesmo de vontade política para o enfrentamento dessas situações, concorrem na reprodução de todo tipo de violência e recrudescimento de criminalidade sentidas pela sociedade, sustentadas por um sentimento de injustiça e não reconhecimento profissional. Essa violência simbólica, sentida pelos policiais, não raras vezes, transcende o espaço laboral, atingindo suas relações familiares.

No próprio filme ocorre uma cena em que o policial Cristi chegando em casa, tendo em vista a abstração do policial, sua jovem esposa lhe pergunta sobre o que está acontecendo, que já não almoçam mais juntos. E logo depois, também a esposa diz a ele para trocar a blusa, porque já a está vestindo há quatro dias. Ademais, o policial não aparenta no filme possuir vida social, participar de passeios, - aparecendo plenamente envolvido com o caso que se defronta, - e fumando um cigarro atrás do outro, revelando fatores desencadeadores do stress e piora em sua qualidade de vida.

Destaque-se na página 80 da Pesquisa de Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública acima referenciada, que a maioria dos participantes da Pesquisa, informaram no

Tópico Vitimização, terem sofrido discriminação por ser policial ou profissional do sistema de segurança, figurando em segundo lugar, que foi humilhado/desrespeitado por superior hierárquico.

Deste modo, Cristi e os policiais brasileiros sofrem esse processo de desumanização, diante da precarização cada vez maior de seu trabalho, deixando inclusive de usufruírem de direitos fundamentais, em virtude do recebimento de salários defasados, da necessidade de realização de bicos e trabalhos extras (muitas vezes, no horário do expediente normal de trabalho), subtraindo-lhes horas de convívio com familiares, intensificando o afastamento social e comunitário, criando um círculo vicioso e nocivo à condição digna de sua pessoa humana.

A precarização do trabalho policial convive com uma cultura arraigada de crenças e valores policiais que patenteia uma crise de identidade desses profissionais porque, como assevera Paula Poncioni na obra intitulada Crime, Polícia e Justiça no Brasil (2014):

Essa crise de identidade é notada durante o filme (assim como nos policiais de nossa sociedade) e urge a definição dessa identidade profissional do policial, a ser construída em um dinâmico processo sócio-histórico-cultural.

Assim, faz-se necessário o empoderamento da classe trabalhadora de policiais, a fim de que passem com sua atuação, a influenciarem no metabolismo social, sendo protagonistas no exercício de suas relações de trabalho, em um contexto sistêmico com os demais organismos sociais. A filosofia de polícia comunitária prevê no policiamento orientado à resolução do problema e a participação social, um caminho a ser experimentado com o uso de novas práticas pelos gestores da segurança pública.

## **CONCLUSÃO**

O filme romeno “Polícia, adjetivo”, mostrou, em plena era da globalização, que Estados que não se orientam no sentido de envidarem esforços à priorização dos valores de respeito à dignidade humana dos seus indivíduos trabalhadores, vêm a sofrer problemas similares no funcionamento de seus sistemas de justiça criminal, despontando em suas gestões

organizacionais ineficiência, estrangulamentos em seus fluxos e negação de direitos.

E conforme a película em comento, policiais de Países tão distantes, como o são Romênia e o Brasil, apresentam condições semelhantes de precariedade e de precarização do trabalho policial, delineando parcas políticas públicas que os protejam e apoiem, ressaltando os problemas que surgem no universo policial, e a violência simbólica estatal sofrida, implicando na necessidade de seu emponderamento e melhores planejamentos de gestões organizacionais policiais, que visem o resgate da sua condição de trabalho com maior respeito e qualidade.

Através da correlação com algumas categorias sociológicas, buscamos perceber as condições do trabalho policial demonstradas no filme em questão, destacando o modelo burocrático de policiamento, habitual no Estado reprodutor de violência, vitimando e sujeitando tanto o policial retratado no filme quanto a classe de profissionais da segurança pública brasileira, às precárias condições de trabalho, e suas matizes, resultando em um processo desumanizador e cíclico de violência, conduzindo a novas e complexas exigências e metas, que resultam em doenças físicas, mentais e apreensões da alma e dos sonhos desses trabalhadores.

Assim, o presente trabalho fomenta a reflexão e estimula o debate ao dar visibilidade à precarização da dignidade da pessoa humana do policial, e às mudanças do complexo mundo do trabalho policial, para que todos se apropriem da discussão e contribuam, para um agir e luta mais participativos, no enfrentamento da criminalidade que cresce barbaramente (em especial, quanto à política criminal relativa às drogas e o tratamento à juventude em conflito com a lei), criando-se alternativas emancipatórias e comprometidas com o melhor equilíbrio sociometabólico do trabalho do policial e melhor interesse da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O Trabalho do Juiz: Análise crítica do vídeo documentário *O Trabalho do Juiz***. Bauru SP. Projeto Editorial Praxis, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo. Cortez. 2007.
- BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: O modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **Dilemas**. v. 4, n. 1, Jan-Fev-Mar, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975
- HOLANDA, Aurelio Buarque. 8. ed. São Paulo. Positivo Editora. 2010.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2. ed. Disponível em [http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac\\_documento\\_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf03](http://www.nesua.uac.pt/uploads/uac_documento_plugin/ficheiro/8db98cff48151daf946fe625988763bfb0737c7e.pdf03)>. Acesso em 13.06.2014.

**Silvia Regina Messias Klautau Miléo**

Bacharel em Direito, *Mestranda no Curso de Defesa Social e Mediação de Conflitos do FCH/UFPA.*

**Wilson Jose Barp**

*Dr. em Ciências Sociais, Professor do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos – UFPA*